

OS PRIMEIROS RESULTADOS DA EQUAÇÃO AUTORAL

CADERNO B □ JORNAL DO BRASIL

□ Rio de Janeiro, domingo, 1.º de maio de 1977

□ PÁGINA 11

NUM pequeno anúncio, de pouco mais de 10 linhas, publicado sexta-feira passada, o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição — ECAD — informava aos compositores, intérpretes, produtores de fonogramas e editores de músicas, que seus respectivos pagamentos autorais estavam à disposição nas sociedades arrecadadoras. O que poderia parecer uma comunicação de rotina burocrática, no entanto, escondia uma árdua luta de bastidores, envolvidos o Conselho Nacional do Direito Autoral, a Sombras, o próprio ECAD e as velhas arrecadadoras.

Para começar, uma consulta de Herminio Bello de Carvalho, da direção da Sombras, à sua sociedade arrecadadora, no mesmo dia da publicação do anúncio, resultou em resposta negativa. "Na Sicam não sabiam informar sobre o anúncio e muito menos sobre o pagamento". Em sua sala do Ministério da Educação e Cultura, no Rio, Carlos Alberto Direito, presidente do CNDA, ouvia atentamente as queixas e volta e meia ligava para Brasília, para cobrar providências. A simples publicação do anúncio, porém, já simbolizava uma grande vitória: a entrega do pagamento dos compositores (através de comprovante e contracheques) no dia previsto, sem atraso, apesar do sistema de computação implantado apenas em parte. Explica Carlos Alberto: "Não basta o anúncio, é claro, mas agora, caso surjam problemas, os compositores têm a quem reclamar, o CNDA".

O mesmo órgão deverá garantir maior lisura nos pagamentos, por igual motivo: o ECAD, embora formado por representantes do sistema viciado das arrecadadoras (ponto tenazmente questionado pelos representantes da SOMBRAS), é controlado pelo CNDA, que lhe fiscaliza os passos. Um dos sin-

tomais dessa mudança já se fez sentir. A taxa de 10% cobrada aos artistas antes dos espetáculos, instituída pelo ECAD, foi revogada pelo CNDA. Carlos Alberto Direito, um advogado de modos afáveis, 34 anos, diz responsabilizar-se por essa decisão: "Os artistas agora devem somente assinar o termo de responsabilidade, assumindo o compromisso de pagar os 10% devidos aos autores após os espetáculos. Nunca antes. Essa decisão já está em vigor e todos podem fazer seus shows assinando apenas o termo de responsabilidade. Garantimos a realização." O presidente do CNDA, apesar disso, não considerou arbitrária a decisão da cobrança: "Era aceitável, mas revoguei por causa das reclamações. Aconteciam sempre muitos transtornos e o prejudicado era o autor que não via protegido, convenientemente, o seu direito."

Outro ponto positivo marcado pelo sistema que começa a ser implantado foi o aumento da arrecadação. "Nós esperávamos uma queda violenta no início, por causa dos problemas burocráticos", comenta Carlos Alberto. "Mas houve uma subida, em relação ao mesmo trimestre do ano passado, em torno de 30%". Em consequência, mitológicas arrecadações reduzidas, como a da viúva de Noel Rosa, segundo informa o presidente do CNDA, foram praticamente duplicadas. Obviamente as mudanças também deverão incidir em sentido inverso: alguns notórios milionários, de repertório curto e esquecido, deverão ter suas arrecadações diminuídas.

Igualmente presentes, Sérgio Ricardo e Aldir Blanc, também da direção da Sombras, foram informados por Carlos Alberto de que as emissoras de rádio e televisão, progressivamente, passarão a fornecer a maior porcentagem do bolo do direito au-

toral. "Num encontro com os dirigentes da Abert (Associação Brasileira de Rádio e TV), fiz ver a eles que deveremos chegar a uns 70% em relação ao arrecadado na rubrica diversos, que, no momento, ainda rende mais do que as fontes principais".

Ele reconhece que o sistema está apenas no início e que deverão surgir mais problemas ("que devem ser resolvidos sempre por telefone ou em contato direto comigo"), mas recusa-se a admitir a tese de extinção das sociedades arrecadadoras. Para ele não é boa a idéia de tornar também o ECAD uma máquina governamental. "As sociedades é que devem ser transformadas, com os próprios compositores decididos a mudá-las se infiltrando nelas, e com o fortalecimento do Sindicato dos Compositores".

Nesse sentido, a Sombras tem funcionado com o ímpeto de um sindicato forte e representativo, com indelével influência em várias medidas do CNDA. Frequentes cobranças de casos de compositores injustiçados pela velha máquina (Sérgio Ricardo queixou-se de um problema de liberação dos direitos autorais de suas músicas na peça Ponto de Partida) chegam ao Conselho através da Sombras. Um deles, discutido na reunião foi o episódio recente do Grupo Vissungo, impedido de apresentar-se por não dispor da taxa pedida por depósito prévio, já batizada de ecadeta. O caso foi levado a Carlos Alberto que disse garantir a apresentação do grupo, dispensado do sacrifício monetário. Sugeriu, inclusive, que se criasse uma espécie de incentivo para esses grupos novos serem estimulados a subir ao palco.

"ACHO que o problema do direito autoral está equacionado. Agora é ficar em cima para sondar se vai indo tudo bem e resolver os problemas" — encerrou Carlos Alberto. A taxa de manutenção das sociedades arrecadadoras, assim como os 30% descontados inicialmente para a manutenção do ECAD, irão diminuindo progressivamente. "As sociedades, por sinal, ficarão apenas com 3%, o que acho muito pouco. Será um negócio pouco rendoso e os compositores terão como aferir se estão sendo pagos corretamente ou não, daí reclamarem ao CNDA". Carlos Alberto lembrou ainda — para diminuir os apartes sobre as arrecadadoras — o problema social que seria criado com seu súbito fechamento, e a opção de filiar-se diretamente ao ECAD como fizera Milton Nascimento, que até então nunca pertencera a qualquer arrecadadora.

E mudou de assunto: "O Ministro Ney Braga está preocupado com o desemprego dos músicos, por causa da ascensão das discotecas. Se isso vira moda no Rio, passa para o Brasil inteiro e a situação dos músicos vai ficar muito pior. É preciso encontrar soluções criativas nessa área: estava esperando idéias. Já me deram uma de tornar a música no cinema ao vivo. Preciso ver se é exequível. A meta agora é reduzir o desemprego dos músicos. O direito autoral já está equacionado" — concluiu.